

Encontro Descentralizado discute temas relevantes para o Serviço Social

O Rio de Janeiro sediou o Encontro Descentralizado dos Cress's da Região Sudeste, em julho. Os temas das Eleições, da Comunicação e da Formação Profissional ganharam destaque. O Seminário Regional das COFI's precedeu o evento e levantou questões importantes sobre a Política Nacional de Fiscalização. Os grupos de trabalho foram realizados com o objetivo de contribuir para o Encontro Nacional do Conjunto CFESS/Cress. *Págs. 4 e 5*



Marlise Vinagre coordena mesa sobre Comunicação e Formação Profissional com José Paulo Netto e Marcelo Braz

Eleições

Documento contribui com debate político

Pág. 8



Simas

Cress assina moção de repúdio

Pág. 2

Gestão

Comissão Permanente de Ética divulga suas ações

Pág. 6

Editorial

Apouco mais de um mês de novas eleições, voltamos a conviver com um pretensão debate de idéias no rádio e na televisão. Pretensão, porque a mídia busca uniformizar queixas, protestos, projetos, como se não houvesse qualquer alternativa ao mundo neoliberal.

Do ponto de vista presidencial, a óbvia tentativa é a de polarizar a eleição entre candidaturas que não ameacem o atual quadro político-econômico. Nele, pouquíssimos seguem ficando mais ricos. A grande maioria dos brasileiros vai empobrecendo e vendendo-se forçada a conviver com a falta de empregos e com iniciativas capazes de piorar a saúde, a educação e outras políticas, retirando-lhes o caráter público e impedindo que atinjam a universalidade conquistada pela luta popular no texto da Constituição Federal/88.

No Estado do Rio de Janeiro repetem-se, em sua maioria, candidaturas de continuidade dos governos recentes. Não há perspectiva de implementar políticas sociais que, ao mesmo tempo em que efetivem direitos, questionem o modelo econômico vigente. Não se oferecem alternativas para uma política pública de segurança e ameaça-se acabar com o caráter laico do Estado.

São nítidos os sinais dos limites do modelo de democracia hoje vigente no Brasil. Ele tem sido responsável pela concentração de propriedade, renda, meios de comunicação nas mãos de poucos e pela negação dos direitos à população.

Dada esta situação, como agir? Defendendo a radicalização da democracia (com efetivo controle social), o respeito às mobilizações sociais, o caráter público e universal do Estado. Verificando que candidaturas possibilitam maior proximidade com o modelo de sociedade antineoliberal apontado pelos princípios do projeto ético-político de nossa profissão. Envolvendo-se com campanhas que defendam as eleições com um dos momentos da participação política, mas não o único, nem necessariamente o mais decisivo. Apostando na mobilização das classes trabalhadoras como necessária e capaz de dar outro rumo ao país.

Como afirma o cartão comemorativo do Dia do Assistente Social 2006, produzido pelo CRESS (ver última edição do Práxis), só não é possível ficar parado ou se omitir de intervir neste quadro. Aqueles que dele pensam não participar acabam por contribuir para a manutenção da sociedade profundamente injusta e desigual em que ainda vivemos.

A Diretoria

Moção de repúdio ao SIMAS

Nós, assistentes sociais – professores, supervisores, pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação de Serviço Social – reunidos no Seminário Estadual “Serviço Social e as Interfaces com a Saúde”, realizado nos dias 30 de junho e 1 de julho de 2006, organizado pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS/Leste), em parceria com o CRESS/7ª Região e a Faculdade de Serviço Social da UERJ, com a presença de cento e oitenta (180) participantes vimos repudiar o Sistema Matricial da Assistência Social (SIMAS) e seu gestor, que é a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) / Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Tal repúdio fundamenta-se nos seguintes elementos:

- o SIMAS apresenta uma concepção equivocada de Seguridade Social, uma vez que subordina as demais políticas públicas à Assistência Social.

- o referido Sistema vem na contramão do debate contemporâneo do Serviço Social, o qual avançou no entendimento do objeto da profissão enquanto questão social, nas suas múltiplas expressões e, portanto, não se reduz, exclusivamente, a uma única política social - no caso, a assistência social.

- a política institucional autoritária dos gestores da Secretaria Municipal de Assistência Social/RJ, nos diferentes níveis, em relação aos assistentes sociais que atuam nas redes municipais de saúde e da assistência social;

- a disponibilização aos assistentes sociais de péssimas condições e relações de trabalho

Dessa forma, publicamente, manifestamos nosso repúdio ao SIMAS e seus gestores, a sua política autoritária e concepção equivocada de Serviço Social e de Seguridade Social.

Rio de Janeiro, UERJ, 1º de julho de 2006.

- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS/Leste.
- Conselho Regional de Serviço Social - CRESS/7ª Região.
- Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social – ENESSO/Regional 5.
- Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – ESS/UFRJ.

* Esta moção foi referendada no Seminário Regional da ABEPSS Leste “Serviço Social: Interfaces com a Saúde”, realizado nos dias 17 e 18 de agosto de 2006, com a participação de cento e trinta (130) participantes, representando a região que compreende os Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

À diretoria

Qual foi minha surpresa ao saber que o jornal O Globo, de 7 de julho de 2006, publicou no Segundo Caderno (página 3), na Coluna Gente Boa de Joaquim Ferreira dos Santos a matéria “Chega de Futebol! Agora é Sexo!” contendo o seguinte trecho da entrevista com o artista plástico Alessandro Monteiro: “as prostitutas são como assistentes sociais do sexo”.

Sabemos que esta profissão há muito tempo vive um processo de desmoralização pelos políticos populistas que fazem da primeira dama “a melhor assistente social” de sua administração. (...) Mas ao deparar-me com a notícia e considerando a desinformação do jornal, pergunto qual será a resposta, que podemos esperar desse órgão de defesa da imagem e do exercício profissional? Com todo o respeito humano aos profissionais do sexo, espero que o Cress realize uma resposta cabível ao jornal pela publicação e ao artista pelo desrespeito a nossa profissão. Que não haja complacência, porque esta afirmação retrata as dificuldades dessa profissão, nos constantes embates por uma prática conseqüente e de respeito à população.

Atenciosamente,

Jane Marie Freire Noe – Assistente social aposentada e ex-militante das lutas em defesa dessa profissão e da prática profissional.

Cartas

Nota da Redação – Veja nas páginas centrais desta edição as medidas tomadas pelos assistentes sociais reunidos no Encontro Descentralizado do Conjunto CFESS/Cress em relação à matéria do jornal O Globo.

Informes

Extensão

O Curso de Extensão “Trabalho e políticas de Geração de Ocupação e Renda”, promovido pela Uerj, abrirá inscrições de 25 a 29 de setembro, das 16h às 20h, na Secretaria dos Departamentos da Faculdade de Serviço Social/UERJ, sala 8006/D, na Rua São Francisco Xavier, 524, Maracanã, Rio de Janeiro. O curso, coordenado pelas professoras Isabel Cristina da Costa Cardoso e Rosângela Nair de Carvalho Barbosa, que terá início dia 30 de outubro (aulas segundas e quartas-feiras) é voltado para assistentes sociais que atuam em órgãos públicos e privados com programas de geração de ocupação e renda, cooperativismo, economia popular e solidária, e, inclusão produtiva. São 30 vagas. Os interessados devem possuir graduação em Serviço Social; registro do Cress e apresentar *curriculum vitae*.

Atendimento

O setor de Registro e Anuidade do Cress/RJ já voltou a fazer o atendimento às sextas-feiras. Durante um período, o setor foi fechado ao público uma vez na semana, com o objetivo de aprimorar a organização interna e prestar um melhor serviço ao assistente social.

Nota

A diretoria do Conselho Regional de Serviço Social 7ª Região informa que as Conselheiras Melissa Cavalcante Yaakoub e Teresa Joana de Castro Azevedo pediram desligamento da atual gestão do Cress/RJ (2005/2008).

Curso de Extensão em Educação

“O Trabalho do Assistente Social na Área da Educação” é o curso, em sua segunda edição, promovido pelo Cress/RJ em parceria com a Faculdade de Serviço Social da Uerj, que acontecerá nos dias 11, 18 e 25 de novembro e 2 e 9 de dezembro, das 9h às 16h30m. Serão oferecidas 30 vagas para profissionais e 20 para estudantes. As inscrições podem ser feitas diretamente na secretaria do Cress ou pelos telefones da entidade (veja expediente desta edição) entre os dias 16 e 31 de outubro. Veja a programação completa no site www.cressrj.org.br

* A próxima reunião da Comissão de Educação será realizada no dia 3 de outubro, às 14h.

PRAXIS

CONSELHO REGIONAL DE
SERVIÇO SOCIAL - 7ª REGIÃO
JUL./AGO. 2006

Presidente: Andreia Cristina Alves Pequeno
Vice-Presidente: Marlise Vinagre
1ª Secretária: Renato Veloso
2ª Secretária: Roseli da Fonseca Rocha
1ª Tesoureira: Tânia Elisabete Gonçalves
2ª Tesoureira: Solange da Silva Moreira

Suplentes:
Fátima da Silva Grave, Orly Lopes Santos,
Ana Lúcia G. Alcântara, Martha Fortuna
Pereira Basto, Andrea Gonzaga de
Oliveira, Lúcia da S. Soares
e Célia Zuzart

Conselho Fiscal:
Rosely Reis Lorenzato, Newwone Ferreira da Costa e
Rodrigo G. Martins Andrade
Comissão de Comunicação e Cultura:
Rodrigo Martins, Jefferson Lee de Souza Ruiz,
Michelle Moraes, Lúcia Soares e Leandro Rocha
Norte e Nordeste Fluminense
Coordenadora: Thais Tavares Bernardo; Tesoureira:
Junia de Souza Elias; Secretária: Gisele Pereira Luiz.
Suplentes: Janaina Alves Monteiro, Leonardo Marques
Pessanha e Marco Antonio Pedro Vieira

Rua 21 de Abril, 272, s.311 - CEP 28010-170 -
Centro - Telefax: (22) 2723-9464

Sul Fluminense
Coordenador: Francisco de Assis Rodrigues
Mendes; Tesoureira: Carolina G. F. Igreja
Secretária: Luiza Carla Cassemiro.
Suplentes: Valéria Martins Barbosa e Armanda
Pereira da Cruz - Rua 25 -A, 23 s/802, Vila Santa
Cecilia - CEP 27261-050 - Telefax: (24) 3342-6886

Jornalista Responsável:
Cecília Contente (MTB/RJ 17.232)
Design gráfico e Ilustrações: Carlos D
Impressão: Tipológica - **Tiragem:** 10.000 exemplares
Rua México, 41, grupos 1203-1205 - Centro
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20031-144
Telefax: (21) 2240-1727 / 3627 / 0822
e-mail: comunicacao@cressrj.org.br

Acesse www.cressrj.org.br

Os últimos meses, desde o fechamento da última edição do Práxis, foram de muito movimento no Cress/RJ. A Assembléa Geral dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro, que discutiu e deliberou a eleição de delegados e propostas para o Encontro Nacional do CFESS/Cress, foi realizada no dia 28 de junho. Foram aprovados os seguintes nomes para compor a delegação: pela diretoria do Cress, Marlise Vinagre, Rodrigo Martins, Lúcia Soares, Newvone da Costa e Tânia Gonçalves (sede). Como suplentes: Andréa Gonzaga, Orly Lopes e Roseli Rocha. Pelas Seccionais, Janaina Monteiro (Campos) e Thais Bernardo como suplente; Francisco de Assis Mendes (Volta Redonda) e Valéria Barbosa como suplente. Como base, Michele Moraes, Renata Coelho, Telma Pile, Elaine Behring, Loana (Campos) e Maria do Carmo (Volta Redonda). Como suplentes, Gleyce Uma e Érica Cristina (sede) e Ângela (Volta Redonda). A assembléa também aprovou a ida de quatro observadores: os agentes fiscais Elias Azevedo e Fátima Valentim, o assessor político Jefferson Ruiz e a assessora de comunicação Cecília Contente. A presidente do Conselho, Andreia Pequeno, apresentou na assembléa várias propostas debatidas no Conselho Pleno do Cress/RJ para serem apreciadas pelos assistentes sociais presentes e todas foram aprovadas.

Os cursos de “Controle Social e Seguridade Social” e “Serviço Social, Mídia e Questão Social”, frutos de parcerias com a Uerj, foram concluídos com sucesso. O Curso de Aperfeiçoamento em Serviço Social na área Sociojurídica, promovido pela Comissão Sociojurídica está em andamento e outro curso organizado pela Comissão de Educação em parceria com a Uerj (mais detalhes na página 2) está previsto para acontecer.

Uma das ações da diretoria tem sido a participação em fóruns importantes para a categoria como o Seminário Estadual da Abepss, que contou com a presença dos conselheiros Roseli Rocha, Lúcia Soares e Renato Veloso. A participação e o apoio ao Fórum Permanente de Direitos Humanos do Rio de Janeiro (FOPEDH/RJ) faz parte da linha de ação dessa gestão. O movimento dos assistentes sociais concursados em 2001 para a Secretaria Estadual de

Saúde (SES) também recebe o apoio do Cress.

A discussão da NOB-RH/SUAS, está merecendo atenção da categoria e, como não poderia deixar de ser, o Cress, com a intenção de atender a esta demanda, promoveu um seminário em agosto na sede da entidade com a presença da professora da UnB e conselheira do CFESS, Ivanette Boschetti. A Comunicação é um tema que está ganhando destaque no Conjunto CFESS/Cress e, antenado, nessa questão, a Comissão de Comunicação do Cress organizou o I Seminário Estadual de Comunicação “A comunicação como ferramenta do assistente social”, que contou com o jornalista Beto Almeida (Telesur e TV Senado) e da assistente social Mavi Rodrigues (UFRJ) como conferencistas. As oficinas de oratória e linguagem visual fecharam o evento, que aconteceu na Uerj e despertou o interesse de diretores e profissionais de outros Regionais como São Paulo e Minas Gerais.

A atual gestão reativou as comissões temáticas de Gênero, Etnia e Orientação Sexual, que se reúne todas as segundas 2ª feiras do mês, às 18h e o Fórum de Supervisores que já marcou suas próximas reuniões para o dia 29 de setembro, 27 de outubro e 24 de novembro. Com o objetivo de rearticular a Comissão de Seguridade Social, organizou o seminário “Por onde anda a Seguridade Social?”. As ações ligadas à cultura também estão em curso. O Cress/RJ exibiu, em agosto, o curta-metragem “Era uma vez” sobre o massacre da Candelária. O evento, gratuito e aberto ao público, aconteceu no auditório do Conselho, com debate com o diretor musical do curta, Cláudio Tapajós e da assistente social da ONG Criola, Lúcia Xavier.

O Encontro Descentralizado da Região Sudeste (veja cobertura completa nas páginas centrais), que aconteceu no Rio de Janeiro, foi o evento que mais exigiu a mobilização da diretoria e dos funcionários do Cress/RJ nesse período. Vale destacar que o Conselho promoveu um concurso público para a contratação de dois funcionários administrativos: um para a sede, José Guilherme Teixeira Marques e outro para a Seccional de Campos, Giane Carneiro de Souza.

A Praia de Copacabana, no Rio de Janeiro, foi cenário mais uma vez da Passeata Gay (GLBT) que aconteceu dia 30 de julho de 2006. A diretoria do Cress o mandou fazer um banner com o tema da campanha do Conjunto CFESS/Cress pela Livre Orientação e Expressão Sexual. O material foi colocado em um dos caminhões de som do evento. Essa ação promove a visibilidade do Serviço Social, na perspectiva do projeto ético-político defendido pelos assistentes sociais. Participaram da passeata, que levou milhares de pessoas às ruas contra a discriminação e o preconceito, as conselheiras Marlise Vinagre, Lúcia Soares, Roseli Rocha e Solange Moreira entre vários profissionais.



Volta Redonda

Os conselheiros da Seccional Sul Fluminense ratificam a importância da Lei, sancionada no último dia 07/08/2006 pelo Presidente da República, que pretende coibir a violência contra a mulher no país.

A lei conceitua e define as formas pelas quais a violência é vivenciada pelas mulheres no cotidiano: violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Além disso, determina o encaminhamento de mulheres em situação de violência e seus dependentes a programas e serviços de proteção, garantindo os direitos à guarda dos filhos e a seus dependentes. A proposição aprovada autoriza a criação, no âmbito estadual, de juizados e varas especiais de atendimento à violência contra a mulher com competência cível e criminal.

A partir da vigência da lei, estarão instituídas as diretrizes das políticas públicas de atendimento e ações integradas do poder público, em todas as suas instâncias e esferas, salientando a importância de atuação em uma rede de atendimento à mulher, que se torna imprescindível, quando amparada por uma lei que enfatiza a necessidade de um trabalho. A lei possui um capítulo próprio sobre o atendimento pela autoridade policial, alterando o procedimento nas ocorrências que envolvam a violência doméstica e familiar contra a mulher. É prevista, inclusive, maior atuação do Ministério Público e das Defensorias Públicas, conforme relato da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (Brasília/DF).

Diante disso, a diretoria da Seccional de Volta Redonda considera que o conteúdo dessa lei trará avanços das questões relativas à violência contra a mulher, principalmente no contexto da violência doméstica, questão que aparece com frequência no cotidiano da prática profissional. A direção da Seccional espera que a proposta da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres seja realmente difundida e ampliada em todos os locais do país, a fim de que esse espaço de defesa dos direitos da mulher seja assegurado. Faz-se necessária, portanto, a potencialização desta rede de proteção para que a lei seja efetivada e não funcione somente como um mero instrumento formal.

A diretoria informa que, até o final de agosto/2006, a Seccional passará a funcionar na sala 619, no mesmo endereço. Rua 25A, 23. Vale destacar que na última quinta-feira do mês serão realizadas concomitantemente a “Reunião Aberta” e o “Grupo de Estudo”.

Campos

Com objetivo de intensificar a fiscalização na dimensão político-pedagógica da Política Nacional de Fiscalização (PNF), a Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI) da Seccional de Campos vem centrando suas ações nos espaços das Prefeituras Municipais, prioritariamente nas áreas de saúde e assistência social. Além do município de Campos, estas ações abrangeram Bom Jesus, Itaperuna, São Fidélis e Macaé.

Com base no relatório da agente fiscal Irai Bohrer (Relatório das Atividades da Fiscalização na Seccional de Campos do Goytacazes no período de 01/04/2005 a 30/03/2006), foi possível verificar através das visitas e reuniões realizadas em 2005 nesses espaços que, na grande maioria das vezes, as Equipes de Serviço Social não trabalham na perspectiva de sistematização de suas ações, sendo comum a não utilização de documentação técnica do Serviço Social. Outro aspecto identificado pela agente fiscal diz respeito aos instrumentos de avaliação e controle que, quando existem, não são utilizados adequadamente no sentido de identificação do perfil dos usuários e conhecimento da realidade. Portanto, não instrumentalizam a sistematização das ações profissionais.

As análises suscitaram propostas de continuidade dessas ações (por enquanto no município de Campos), privilegiando, neste segundo momento, reflexões que possibilitem a politização acerca dos princípios ético-profissionais junto aos assistentes sociais e uma prática que contemple o caráter sócio-político e crítico da profissão, pressupondo intervenção investigativa e propositiva do Serviço Social. A COFI realizará oficinas nestes espaços, onde serão trabalhados os seguintes aspectos: o que definem como atividades desenvolvidas, as atividades decorrentes dos programas em que atuam e as atribuições do Serviço Social; como o Serviço Social se organiza internamente enquanto equipe e como elaborar projeto de intervenção. Na área da saúde, a COFI ainda está concluindo a primeira etapa das visitas, iniciada no exercício de 2005.

Debates relevantes para categoria marcada

O Encontro Descentralizado dos Cress's da Região Sudeste foi realizado no Rio de Janeiro nos dias 7, 8 e 9 de julho. Logo após o encerramento da mesa de abertura que contou com representantes do CFESS, da Enesso e dos Cress's de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, foi feito o lançamento nacional da campanha pela liberdade de orientação e expressão sexual, conforme deliberação do 34º Encontro Nacional CFESS/Cress. A presidente do Cress, Andreia Pequeno, destacou a importância da campanha articulada com a defesa dos direitos humanos. A conselheira do CFESS, Maria Helena Tavares, alertou que o principal objetivo desse lançamento é instrumentalizar e sensibilizar o assistente social para o debate contra o preconceito e incentivar ações da categoria nesse sentido.

O primeiro dia do evento concentrou duas mesas-redondas. A primeira teve como tema "Eleições, políticas sociais e a função dos Conselhos Profissionais", com a assistente social Berenice Roja Couto (PUC/RS) e o economista César Benjamin. Berenice ressaltou a diferença da atuação política do Conjunto CFESS/Cress e dos demais conselhos profissionais. Para respaldar sua opinião, fez um resgate histórico da organização da categoria e da trajetória do Serviço Social desde sua origem até hoje, quando passa a ser uma profissão ligada à defesa de direitos.

Projeto Ético-Político X Neoliberalismo

A palestrante lembra que embora o projeto ético-político seja uma construção coletiva, ainda é preciso discuti-lo para evitar as constantes tentativas de desqualificá-lo, tendo em vista a lógica de que o Serviço Social está a serviço da construção de uma sociedade brasileira sem desigualdades.

De acordo com a assistente social, as políticas neoliberais têm um interesse diametralmente oposto ao projeto defendido pela categoria e não é raro o profissional ouvir que a profissão é que precisa se "modernizar". afirmou que é função do assistente social garantir que a alienação política não tome conta da população e avaliar a questão do messianismo como contribuição no processo de despolitização. "A eleição não é o único episódio democrático, mas é um importante momento para contribuir no processo de radicalização da democracia", concluiu.

César Benjamin focou sua conferência nas questões mais gerais do processo eleitoral e nas políticas sociais. Iniciou fazendo uma reconstituição histórica para provar que o período republicano não foi capaz de estimular a participação política da maioria do povo brasileiro. Durante a maior parte do tempo de sua existência excluiu mulheres e analfabetos do processo eleitoral. Lembrou o período da ditadura, instaurado em 1964, e a volta das eleições diretas somente nos anos 80.

A Constituição de 1988 reafirma o presidencialismo como regime de governo e garante liberdade de organização e abre acesso, embora desigual, a correntes políticas e garante o voto dos analfabetos, que ainda constituem 13% da população e o voto de eleitores a partir de 16 anos. Com isso, ampliou o direito de voto aos mais pobres e aos mais jovens. Segundo Benjamin, a Constituição se tornou uma ferramenta política poderosa. Nesse mesmo momento, há uma reformulação estrutural no processo de urbanização



da população brasileira. Esses dois dados eram indicativos de que o povo iria se apropriar desse instrumento democrático para promover as transformações necessárias no Brasil. O que aconteceu, no entanto, é um verdadeiro enigma, avaliou o economista, pois já se passaram mais de 15 anos, com quatro eleições presidenciais, e o que se viu foi uma sucessão de governos implantando políticas de caráter anti-social.

Lembrou que a eleição de Fernando Collor de Mello, em 1989, marcou uma operação ideológica que é a "transformação" de direitos do trabalho em privilégio. Alertou para o fato de que, na verdade, os verdadeiros privilegiados são os que concentram a renda como banqueiros, empresários, entre outros. Advertiu que vem sendo feita uma manobra para jogar as camadas mais pobres contra aqueles que têm o direito ao trabalho, à previdência e recebem salários dignos.

Na opinião de Benjamin, o risco novo do atual momento conjuntural é que o governo apresenta propostas neoliberais, e o principal bloco de oposição, também, o que gera apenas uma perspectiva de alternância de poder, esvaziando o potencial de transformação obtido em 1988. Outra situação grave apontada é a maneira como o sistema de organização política foi moldado. Os interesses de natureza "supranacionais" (estrangeiros e especuladores em geral) ocupam lugares cativos e estratégicos no Estado brasileiro como o Banco Central e o Ministério da Fazenda. Quem controla esses espaços tem poder sobre a política cambial, a política monetária, a política fiscal e a execução do orçamento. No Congresso Nacional formam-se bancadas de grupos com interesse sub-nacionais, que fazem a composição com o primeiro grupo e a isso chama-se política. Sob o risco de entrar em um estado de anomia, sem regras ou leis a serem respeitadas, é preciso apresentar um projeto alternativo, alerta. "A proposta não é apenas ganhar as eleições, mas mostrar que há um projeto em disputa. Participar das eleições é importante".

Formação Profissional e Comunicação

A segunda mesa-redonda "Desafios atuais para o Serviço Social: Formação Profissional e Comunicação" teve como palestrantes os assistentes sociais e professores da UFRJ José Paulo Netto e Marcelo Braz. Como integrante da Comissão de Divulgação e Imprensa do CFESS, Marcelo iniciou fazendo um relato de como a atual política de comunicação foi aprovada e ressaltando a importância de se fazer um balanço dessa política, inclusive do ponto de vista técnico. Destacou que o Serviço Social comprometido com o projeto ético-político deve priorizar a política de comunicação como instrumento de luta ideológica na sociedade.

Lembrou que em todos os momentos das grandes lutas dos trabalhadores, a comunicação teve um papel decisivo. A propaganda revolucionária teve destaque, por exemplo, nas revoluções francesa e russa entre tantos outros movimentos pelo mundo ao longo da história. Mas, apesar dessa constatação, os Conselhos Regionais de Serviço Social ainda têm resistência em relação a essa política, principalmente no que se refere aos custos. Mas ele não tem dúvida que sem o investimento nessa área será difícil fazer avançar as propostas da profissão para a sociedade.

O professor afirmou que o maior desafio do Serviço Social é o que tange à visibilidade da profissão na sociedade. Desde que a política de Comunicação do Conjunto CFESS/Cress foi aprovada, pouco se avançou nessa questão. Disse estar convencido de que há um fosso entre o que o assistente social faz realmente e o imaginário coletivo da sociedade, que ainda está ligado à origem da profissão. Ele acredita que a política de comunicação deve ser revista, e aponta o Encontro Nacional de Comunicação a ser realizado em setembro, no Espírito Santo, como marco deste momento. Também apontou desafios como

aprimorar a linguagem do Serviço Social que deve ser lançada para sociedade, principalmente nas relações com o governo e com os movimentos sociais.

José Paulo Netto listou os desafios no âmbito da formação e para isso lembrou a história do Serviço Social, que está fazendo 70 anos, e revelou que o Brasil tem o segundo contingente profissional de assistentes sociais no mundo, cerca de 70 mil, superado apenas pelos Estados Unidos. Afirmou que é uma das profissões que tem mais preocupação com a formação profissional e já sofreu vários processos de revisão curricular. Fez um resgate histórico ligando a trajetória da profissão à conjuntura política do país. O grande debate do Serviço Social nos anos 80 foi a revisão curricular e coincidiu com a luta pela redemocratização do país.

De acordo com o professor, a entrada dos anos 90 é um período de recuo político e de refluxo dos movimentos sociais, mas no âmbito do Serviço Social houve um grande avanço. Os principais foram a Lei de regulamentação profissional e o Código de Ética, considerado o mais avançado que existe no mundo e fruto de amplo debate na categoria. Acrescentou que as iretrizes curriculares (1996) também fazem parte do conjunto de documentos que expressam o que há de mais avançado na história da categoria. Todos os documentos estão plasmados na Constituição de 1988, que foi o primeiro referencial de um Estado de bem-estar social.

O professor apontou como desafio para os assistentes sociais manter a consolidação das entidades representativas e o norte do projeto ético-político. Na área da formação, lembrou que até 1998 existiam cerca de 80 escolas superiores de Serviço Social e que nos últimos anos esse universo triplicou. Segundo os últimos dados da Abepss, atualmente são 220 cursos em todo o Brasil. Apenas 60 são públicos. Os demais, em sua maioria, são da área da iniciativa privada e, em sua opinião, se constituem em verdadeiros "bordéis de educação", que exploram professores e tratam alunos como consumidores. Com isso, afirmou, há uma degradação na formação profissional, que pode gerar assistentes sociais sem o comprometimento com o projeto ético-político, além de derruir o perfil profissional construído ao longo da história.

José Paulo Netto não hesitou defender, desde 1993, o exame de proficiência e está ciente dos obstáculos legais, que ao seu ver, não são intransponíveis. Afirmou estar ciente também das críticas, mas acredita que esse exame pode ser uma barreira para deter a erosão profissional massiva que vem por aí. O grande desafio é encontrar meios e modos de travar o vilipêndio que está acontecendo, a partir da escandalosa proliferação de cursos, que está longe de poder ser chamada de democratização do ensino.

O segundo dia do evento foi reservado para os grupos de trabalho com temas pertinentes ao Conjunto CFESS/Cress. A atividade cultural ficou por conta do projeto Cinema no Cress, que excepcionalmente aconteceu no hotel onde foi realizado o Encontro. Foi exibido o filme "A revolução não será televisionada", seguido de um bate-papo com o jornalista e escritor Mário Augusto Jacobskind e com a assistente social e professora da Uerj, Mione Sales. A plenária final aconteceu no último dia do evento.

am o Encontro Descentralizado



Os grupos de trabalho aconteceram no segundo dia do evento

CARTA AO JORNAL O GLOBO

Os Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social do Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo e Minas Gerais consideram que a declaração “as prostitutas são como assistentes sociais do sexo” (O Globo, Segundo Caderno, edição de 7 de junho de 2006, coluna de Joaquim Ferreira dos Santos) é incorreta.

Respeitando e reconhecendo os direitos das profissionais do sexo, cabe esclarecer que os assistentes sociais têm as suas atribuições específicas regulamentadas pela lei 8.662/93, atuando na formulação e implementação de políticas sociais. Mais informações: www.cfess.org.br e www.cressrj.org.br

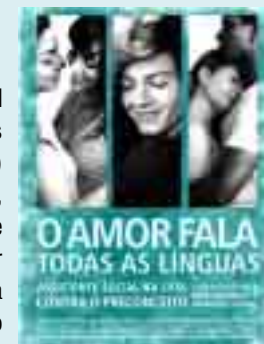
* Esta foi a resposta aprovada pela plenária do Encontro Descentralizado Sudeste e encaminhada para o jornal O Globo pela assessoria de comunicação do Cress/RJ, com o objetivo de esclarecer o responsável pela coluna e o artista plástico que fez a declaração, citada acima, sobre a profissão de Serviço Social. O jornal não publicou, apenas confirmou o recebimento da carta. Vale destacar que a íntegra da matéria citada encontra-se na sede do Cress/RJ para aqueles que tiverem interesse.

Campanha pela Livre Orientação e Expressão Sexual

A Campanha pela Livre Orientação e Expressão Sexual foi lançada, com sucesso, em todos os Encontros Descentralizados do Conjunto CFESS/Cress (2006) que aconteceram nas cidades de Macapá (AP), Campo Grande (MS), Rio de Janeiro (RJ), Aracajú (SE) e Curitiba (PR). No 35º Encontro Nacional CFESS/ Cress, a ser realizado em Vitória (ES), haverá uma mesa de discussão dessa temática, como parte das atividades da Campanha. É preciso lembrar que o desdobramento e continuidade de ações relacionadas à temática supõem o envolvimento de todo o Conjunto, principalmente dos Cress e Seccionais, no âmbito de seus estados junto à categoria profissional e parcerias com outras entidades (movimentos sociais, grupos e Ongs GLBT), promovendo e participando de eventos que contribuam para a divulgação da Campanha e reforço do compromisso com o combate a todas as formas de violação dos direitos humanos.

Entre os objetivos da campanha está o estímulo à reflexão ética sobre o sentido da liberdade e a necessidade histórica da categoria profissional se posicionar e apoiar reivindicações e lutas pelo direito que têm os indivíduos de decidir sobre sua afetividade e sexualidade. O CFESS lançou a resolução 489/2006, no sentido de instrumentaliza o assistente social nesta questão.

Mais informações no site www.cfess.org.br



Seminário Regional das COFI's

O Seminário Regional das COFI's aconteceu no dia 6 de julho, precedendo o Encontro Descentralizado do Conjunto CFESS/Cress.

A conferência “A Política Nacional de Fiscalização e a realidade atual dos espaços sócio-ocupacionais e do trabalho do assistente social” contou com a presença de Mavi Rodrigues e Fátima Grave, ambas professoras da UFRJ, sendo que a última também conselheira do Cress/RJ e coordenadora da Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI). Mavi iniciou destacando os avanços obtidos com a concepção ampliada da Política Nacional de Fiscalização (PNF) que, além de orientar o cotidiano de trabalho do assistente social, é portadora de estratégias fundamentais para enfrentar os desafios do projeto ético-político em um contexto político adverso.

Mavi, que foi diretora do Cress (2002 a 2005) e atuou como coordenadora da COFI, fez uma análise do atual quadro conjuntural e seus reflexos nas condições e relações de trabalho que o Serviço Social vive na contemporaneidade, determinados pela reestruturação produtiva e pelas próprias reformas de Estado. Apontou os principais desafios para as COFI's na implantação da PNF, em sua perspectiva ampliada.

“A PNF é uma conquista da virada da profissão nos últimos 25 anos, tal como o Código de Ética, a atual Lei de Regulamentação Profissional e as diretrizes curriculares”, enfatizou a professora. Aproveitou para fazer um resgate histórico dos avanços do Serviço Social, com a proposta de mostrar que a PNF é produto do amadurecimento da profissão e da politização de suas entidades representativas. Explicou que quando os Conselhos Profissionais reavaliaram suas funções,

imediatamente perceberam que a fiscalização não poderia ficar restrita a uma ação de polícia e punitiva, mas que deveria se constituir em uma estratégia de luta dos movimentos de organização e mobilização da categoria, tendo em vista a construção de uma outra imagem profissional e a defesa de interesses democráticos do país. Contou que na década de 80 os Conselhos investiram nessa nova concepção de fiscalização e na contratação de assistentes sociais como agentes fiscais. Ressaltou que os Cress's deixaram de ser uma entidade de defesa apenas do assistente social para ser uma entidade comprometida com a defesa de direitos.

Tríplice dimensão

Segundo Mavi, a PNF assumiu uma tríplice dimensão: a normativa e disciplinadora, já que não se pode desmerecer a necessidade de se apurar e punir os casos de violação ao Código de Ética e à Lei 8.662/93, mas também a de afirmação dos princípios ético-políticos e a do compromisso com a defesa da organização política da categoria, na luta pelas políticas públicas e pelas condições de trabalho que assegurem os serviços prestados à população.

A professora alertou que os espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social foram profundamente alterados pelas mudanças no mundo do trabalho, que atinge todos os trabalhadores. Afirmou que as rotinas profissionais sofreram um processo de precarização, via terceirização, que acontecem nos setores público e privado e, além disso, o assistente social é afetado pela exigência da polivalência, já que a tendência é que as instituições continuem a extinguir postos de trabalho com o objetivo de reduzir custos e

aumentar a lucratividade. Citou ainda as péssimas condições de trabalho, sem as condições mínimas para o exercício profissional.

Traduzir o projeto ético-político em projeto de intervenção profissional cotidiana que materializem conquistas efetivas de direitos é atualmente o maior desafio do conjunto CFESS/Cress e de outras entidades da categoria, considerou Mavi. “A COFI, por atravessar do ponta a ponta todas as políticas da entidade, pode socializar as informações fundamentais que detém, através do seu exercício de fiscalização dentro do Conjunto CFESS/Cress, e contribuir efetivamente no enfrentamento desse desafio” afirmou.

Fátima Grave reforçou que a fiscalização funciona como um instrumento de luta do Serviço Social e fez uma análise da Resolução 397 do CFESS (PNF), levando em consideração as discussões realizadas no seminário interno da COFI do Cress/RJ, realizado em maio deste ano. Em relação à composição das COFI's, segundo a referida Resolução, há uma determinação que tenha um conselheiro, agentes fiscais e assistentes sociais de base. Na opinião da professora, deveria haver uma reformulação do texto, destacando a participação de, no mínimo, um conselheiro e especificando como será a participação da base e como acontecerá a indicação desses profissionais.

A conselheira levantou várias questões sobre as lacunas deixadas pelo documento, apesar de ressaltar o avanço que o mesmo oferece. Destacou que a Resolução também relaciona as competências dos agentes fiscais e, segundo sua análise crítica, ainda há uma ênfase no caráter executivo na intervenção desse profissional, que deveria deixar de ser meramente um agente técnico-operativo para ser também um assessor. Segundo Fátima, ainda não há



Fátima e Mavi fazem a palestra principal do Seminário

um investimento na postura pró-ativa desse profissional. As funções do agente fiscal, em seu ponto de vista, deveriam se basear nas próprias atribuições privativas do assistente social, que consta na Lei de Regulamentação do Serviço Social. Disse que a categoria deveria abrir um amplo debate sobre as competências profissionais do Art. 4º e 5º da Lei 8662/93.

Fátima Grave apontou a questão do exercício ilegal da profissão, principalmente pela via do estágio sem supervisão, como um dos maiores desafios para a fiscalização, que está relacionada com a indiscriminada abertura de cursos de Serviço Social. As condições de trabalho inadequadas também se constituem em uma das principais demandas para a COFI e a tendência conjuntural é que essa questão se agrave ainda mais. Lembrou que a ingerência de terceiros sobre o trabalho do assistente social ainda é uma realidade e acredita que isso está relacionado à imagem antiga da profissão. ■

Comissão Permanente de Ética

A Comissão Permanente de Ética, uma das comissões regimentais do Conselho Regional de Serviço Social (RJ), é definida pelo Conselho Pleno, fórum onde se reúnem os membros da diretoria e do Conselho Fiscal, considerada uma das instâncias privilegiadas de deliberação do Cress. A Comissão Permanente de Ética da atual gestão “Lutar quando é fácil ceder” é composta por três conselheiras Marlise Vinagre (presidente), Rosely Reis Lorenzato e Orly Lopes, além de duas assistentes sociais de base: Vera Maria Ferreira Santos e Sandra Regina do Carmo. Suas integrantes exercem uma das atividades precípua do Conselho que é a de avaliar todas as denúncias que chegam ao Cress em relação a possíveis infrações dos assistentes sociais aos princípios do Código de Ética do Serviço Social ou de atos de outros profissionais que firam a honra do assistente social no exercício de sua profissão.

De acordo com o assessor jurídico do Cress/RJ, Carlos Fiaux, a Comissão Permanente de Ética recebe a denúncia, avalia sua pertinência e a necessidade de obter informações complementares, como ouvir testemunhas, por exemplo, e a partir daí emite um parecer, que vai indicar o arquivamento ou a abertura de um processo por infração a um dos artigos do Código de Ética profissional. Este parecer será encaminhado ao Conselho Pleno, que é soberano para avaliar a pertinência da denúncia ética e também para indicar nomes para compor a Comissão de Instrução.

Os três assistentes sociais de base que vão compor a Comissão de Instrução passam por um processo de capacitação feito pela Comissão Permanente de Ética e pelo assessor jurídico. Depois ouvem todas as partes envolvidas no processo e ficam responsáveis por elaborar um parecer pela absolvição ou condenação do profissional. O documento é encaminhado para a presidente do Cress, que marcará o julgamento ético. O Cress funciona como um Tribunal Regional de Ética Profissional, processando, julgando e aplicando sanções quando as normas e princípios éticos da profissão são violados. Vale destacar que as penalidades vão desde a advertência reservada até a cassação do exercício profissional.

As Comissões de Prerrogativa, compostas por um conselheiro e um assistente social de base, aprovada pelo Conselho Pleno, também são diretamente ligadas à Comissão Permanente de Ética e têm a finalidade de ouvir as partes envolvidas, nas situações denunciadas ao Conselho, em que a honra de um profissional de Serviço Social é violada durante

seu trabalho. Os procedimentos, segundo Carlos Fiaux, costumam ser mais rápidos opinando pela concessão, ou não, do Desagravo Público.

Os diretores alertam que as denúncias devem ser encaminhadas por meio de um documento escrito e assinado pelo denunciante, que também deve apresentar documentos de identidade. É necessário ressaltar que as provas documentais passam a servir como parte da apuração dos fatos. Por isso, devem indicar outras provas da denúncia e conter a descrição circunstanciada do fato, incluindo local, data ou período e nome de pessoas, profissionais e instituições envolvidas. Cabe enfatizar que todos os processos e procedimentos são resguardados por sigilo para proteger os profissionais. Qualquer cidadão pode fazer a denúncia de um assistente social ao Cress.

Atualmente estão em fase de análise pela Comissão Permanente de Ética: uma denúncia de 2004 em elaboração de parecer, 10 denúncias de 2005 e quatro de 2006. No início de 2006, foram recebidas duas denúncias de assistentes sociais solicitando desagravo público e foram formadas as duas Comissões de Prerrogativas para apurarem os fatos relatados, conforme Resolução do CFESS nº. 0428/2002. Em maio de 2006,

foram realizados dois atos de desagravo público: no Teatrão da Uerj no dia 15 e na sede do Cress no dia 30.

Quanto aos processos disciplinares éticos, foram instaurados 16, através das Comissões de Instrução, com o objetivo de realizar os procedimentos previstos no Código Processual de Ética do Conjunto CFESS/Cress. Este ano já foram procedidos dois julgamentos éticos no primeiro semestre, mais dois em agosto e dois estão em fase de elaboração de relatório final para a apreciação do Conselho Pleno, para marcar a data do referido julgamento.

As integrantes da Comissão Permanente de Ética explicam que as informações sobre as denúncias e processos disciplinares éticos só poderão ser fornecidas aos interessados ou aos seus representantes legais, através de agendamento prévio com a Comissão, que pode ser feito com o funcionário da secretaria, Edilson Moreira dos Santos. Em hipótese nenhuma, será fornecida qualquer informação pelo telefone.

A Comissão Permanente de Ética desenvolve suas atividades na sede do Cress – 7ª Região, às quartas-feiras, das 15h às 17h.

Comissão Ampliada de Ética e Direitos Humanos

A diretora responsável pela Comissão Ampliada de Ética e Direitos Humanos, Marlise Vinagre, explica que a criação desta comissão é fruto de uma deliberação do Encontro Nacional do Conjunto CFESS/Cress, instância máxima deliberativa, composta pela representação do Conselho Federal de Serviço Social, 27 Conselhos Regionais e Seccionais de base estadual.

De acordo com a conselheira, a principal diferença entre a Comissão Permanente de Ética e a Comissão Ampliada de Ética é que a primeira segue um conjunto de parâmetros normativos de dimensão legal como o Código de Ética, a Regulamentação Profissional e o Código Processual de Ética. A segunda possui uma dimensão política abrangente, na direção da defesa de direitos sociais e políticos. Tem como proposta discutir e encaminhar ações ligadas as questões éticas na área de Direitos Humanos.

Sempre coadunada com o projeto ético-político do Serviço Social, ressalta Marlise, a Comissão Ampliada de Ética tem o objetivo de promover eventos, debates, ações, campanhas e mobilizações em articulação direta com a sociedade. Um exemplo disso, lembra a conselheira, é a Campanha pela Livre Orientação e Expressão Sexual já lançada pelo Conjunto CFESS/Cress em julho deste ano.

Marlise revela que diretamente ligada à Comissão Ampliada de Ética e Direitos Humanos estão as sub-comissões temáticas: Gênero, Etnia e Orientação Sexual e Sociojurídica. A Comissão também integra o Fórum Permanente de Direitos Humanos (FOPEDH/RJ). Vale ressaltar que as reuniões do FOPEDH/RJ acontecem no auditório da sede do Cress/RJ.

- A Comissão Ampliada de Ética se reúne todas as quartas 4ª feiras do mês, às 18h.

Publicações à venda no CRESS



Em Foco:
O Serviço Social e a Educação
R\$ 10,00
O Serviço Social e o Sistema
Sociojurídico
R\$ 10,00

Serviço social clínico e o projeto ético-político do Serviço Social - R\$ 10,00*
Atribuições privativas do assistente social e o “serviço social clínico” - R\$ 10,00*

* Na compra das duas edições o valor é de R\$ 15,00



Assistente Social - Ética e Direitos,
4ª ed.
R\$ 15,00



Superando Desafios.
R\$ 15,00

A T E N Ç Ã O

Posição equivocada

O Cress/RJ endossa o posicionamento da ABEPSS e se manifesta contrário à posição do CNPq de retirar o Serviço Social da área de pesquisa Ciências Sociais Aplicadas/Comitê Assessor de Psicologia e Serviço Social para inserção na área de Ciências da Vida/Comitê Assessor de Saúde Coletiva e Economia Doméstica. Trata-se de uma posição equivocada do presidente do CNPq, pois embora o Serviço Social tenha inserção na área da saúde não é nesta e nem na de economia doméstica que se sustenta a gênese e trajetória teórico metodológica social, como área de conhecimento e também não constituem os pilares da interlocução acadêmico-científica da categoria. A diretoria do Cress conclama os assistentes sociais a se somarem nesta luta e, por meio de e-mail e cartas ao presidente do CNPq, se manifestarem contrários a esta decisão. O site do CNPq é: www.cnpq.br

Prática

Serviço Social e o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro

O Serviço Social desenvolve suas ações no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ) há cerca de 20 anos. O quadro funcional de assistentes sociais civis era reduzido, com quatro profissionais para atender os bombeiros de todo o Estado. Em 2001, a partir de uma política de valorização do trabalho desenvolvido pelo CBMERJ e devido à ampliação do Programa Saúde na Escola em articulação das Secretarias de Estado da Defesa Civil e de Educação, foi realizado concurso público para o quadro de oficiais de saúde da corporação, sendo contratadas, em 2002, 16 assistentes sociais, além de outras categorias profissionais. As assistentes sociais foram designadas para o exercício de sua função em diferentes unidades: Diretoria Geral de Assistência Social (DGAS), Grupamento de Socorro de Emergência (GSE), Hospital Central Aristacho Pessoa (HCAP), Policlínica de Nova Iguaçu, Policlínica São João de Deus, Policlínica de Niterói e Programa Saúde na Escola.

A DGAS, atualmente dirigida pelo CEL BM Fernando José e seu subdiretor TEN CEL Mateus, possui como atribuições: atuar na formulação, desenvolvimento e controle de Programas e Projetos Sociais; propor política para capacitação, qualificação e aperfeiçoamento sistemáticos dos recursos humanos atuantes na área de assistência; assessorar, no que tange a capacitação profissional e condução de Programas e Projetos Sociais, as seções de Serviço Social e eleger critérios de qualidade para o funcionamento dos serviços de assistência social.

Desafios

De acordo com as assistentes sociais lotadas neste órgão, desenvolver a intervenção profissional em uma instituição militar se torna uma realidade extremamente desafiadora, pois imperam rígidos padrões de comportamento, perpassados pelas questões da hierarquia e da disciplina, em que o respeito intransigente às normas institucionais se faz presente, levando muitas das vezes, a posturas de acomodação e pouco críticas sobre o instituído (não questionamento dos valores e normas vigentes). Além disso, os princípios que devem nortear a atuação dos militares do CBMERJ estão pautados no neotomismo e humanismo cristão. Princípios estes que a categoria profissional buscou superar com a formulação dos códigos de ética profissional de 1986 e 1993. Desta forma, os atuais princípios que indicam o dever ser da profissão são diferenciados dos postos pela corporação, já que os assistentes sociais optaram por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.

Sendo assim, consonantes com o projeto ético-político profissional, as assistentes sociais desenvolvem o trabalho profissional, com vista à superação dos entraves ao compromisso profissional e pautados na competência de

propor e negociar com a instituição seus projetos, tentando definir o campo de trabalho e as funções profissionais dos assistentes sociais. Além disso, desenvolvem suas ações reconhecendo a autonomia, a emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, reforçando princípios e práticas democráticas, desdobrando-se na defesa intransigente dos direitos humanos, o que tem como contrapartida a recusa do arbítrio e de todos os tipos de autoritarismo. Envolve o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, afirmando-se o direito à participação dos grupos socialmente discriminados e o respeito às diferenças, expressos nos projetos desenvolvidos pela equipe e nas próprias atribuições do Serviço Social, arroladas a seguir: supervisionar acadêmicos de Serviço Social; estudar a realidade social e as condições de trabalho dos bombeiros, para propor medidas e benefícios que venham ao encontro de suas necessidades; prestar orientação social a indivíduos e grupos no sentido de identificar recursos e fazer uso dos mesmos na perspectiva de direitos; informar aos bombeiros e seus dependentes sobre os programas e projetos sociais disponíveis na corporação e na comunidade, democratizando o acesso aos serviços; participar de reuniões e eventos referentes aos assuntos específicos do Serviço Social e realizar atividades educativas (palestra, oficinas, etc). Dentre os projetos desenvolvidos pelo Serviço Social da DGAS vale destacar: o projeto de Orientação Social, o projeto de Orientação Social Itinerante, projeto Aprendendo com Bombeiro e o projeto de Capacitação Continuada. Além do trabalho realizado com os militares do Auto Recolhimento de Cadáver (ARC), em conjunto com a psicologia, que objetiva discutir e propor melhorias nas condições de trabalho dos mesmos.

É importante mencionar que quando houve a ampliação do quadro de Serviço Social, a primeira iniciativa tomada pela equipe foi organizar as ações desenvolvidas, seja criando fluxos de atendimento, delimitando as atribuições nos âmbitos da saúde e assistência. Além disso, foi instituída a ficha social no sentido de possibilitar um acompanhamento das situações apresentadas pelos militares e seus dependentes, bem como para ter um instrumento de pesquisa da realidade de trabalho, de modo a repensar o cotidiano profissional e possibilitar propostas de futuras intervenções, a partir do conhecimento das demandas apresentadas. Apesar das adversidades, as profissionais acreditam que o trabalho desenvolvido pela equipe de Serviço Social da DGAS do CBMERJ tem se pautado na ampliação e consolidação dos direitos dos bombeiros e seus dependentes, em consonância com os princípios do código de ética profissional do Serviço Social.

Equipe: 1º TEN BM Ladislau, 2º TEN BM Simone Tourino, 2º TEN BM Mônica Regina, 2º TEN BM Renata Tavares, 2º TEN BM Edilene e assistente social Vera Nelly Pacheco

Espaço COFI

Exercício Legal da Profissão

Falar sobre a legitimidade do exercício profissional, sem dúvida, nos faz reportar ao corpo legal e normativo que esta profissão construiu ao longo de cinco décadas. O Serviço Social foi regulamentado pela Lei 3252, de 27 de agosto de 1957 e pelo Decreto nº. 994, de 15 de maio de 1962, que já foram revogados na Lei 8862, aprovada em 7 de junho de 1993, que está em vigência e foi fruto de uma amadurecida discussão coletiva do conjunto CFESS/Cress. Além da função social e de seus objetivos, são também os pressupostos constantes no aparato legal, que legitima esta profissão a se afirmar na sociedade, a delimitação da sua *matéria* de atuação. Este último pressuposto é imprescindível à qualificação das atribuições privativas do Serviço Social em que, a partir deste parâmetro, podemos demarcar o campo da definição do que seja exercício legal ou ilegal da profissão.

Com a colação de grau, ato final que formaliza a aquisição de uma capacidade técnica para a atuação profissional, o aluno homologa sua condição de Bacharel em Serviço Social. Entretanto, estará ainda, caso decida exercer seu trabalho na área, condicionado à comprovação legal de sua habilitação profissional, ou seja, o registro perante o Conselho Regional de sua jurisdição.

Pelo desconhecimento desses requisitos legais e também pela desinformação geral sobre a necessidade prévia de uma formação universitária, que confere ao profissional uma capacidade técnico-científica específica, a COFI enfrenta diversas situações de ilegalidades. Entre elas, de pessoas não aptas, sem a devida formação, se intitulado assistente social. Esse caso não só suscita notificação pelo Cress da presente ilegalidade, mas representação junto ao Judiciário, já que exercício ilegal constitui-se contravenção penal prevista pelo artigo 47 da Lei de Contravenção Penal. Outra grave ilegalidade presente em nossas ocorrências é a utilização indevida, principalmente por parte de políticos, do termo “Serviço Social”, assim como de entidades assistenciais e funerárias entre outras.

Nenhum órgão ou estabelecimento público, autárquico, de economia mista ou privada, poderá ter a denominação de “Serviço Social”, se na execução de seu trabalho não observar os princípios do Serviço Social e não empregar assistente social para o desempenho das atribuições privativas. A atual Lei ampliou e estabeleceu novos parâmetros legais para a ação profissional visto que contém 23 itens subdividindo-se no artigo 4ª (competências) e artigo 5º (atribuições privativas).

Outro tipo de exercício ilegal da profissão, registrado pela COFI, é o caso em que estagiários de Serviço Social assumem, indevidamente, funções que são de responsabilidade de um profissional. Não se trata de atividades inerentes ao processo de aprendizagem do estágio, mas o uso recorrente deste aluno como “mão-de-obra barata”. Temos identificado nas fiscalizações que, nestes casos, além de ser uma ilegalidade, há sérias deformações na formação do estudante, que exerce atividades sem uma imprescindível supervisão de campo, direta e contínua. Podemos dizer que ainda fortalece uma concepção errônea da profissão.

Cabe destacar que os instrumentos legais, mesmo tendo de certa forma um caráter disciplinador, estão articulados às dimensões política, formativa e normativa da profissão, já que tudo concorre para o aprimoramento do papel social da profissão.

Nízia Maria Vieira dos Santos
Agente Fiscal do Cress/RJ

Cress lança documento para contribuir com debate político

O Conselho Regional de Serviço Social é uma entidade que defende um projeto ético-político profissional comprometido com princípios e propostas para alterar a realidade social de contradições e desigualdades. Segundo o diretor Rodrigo Martins, atual coordenador da Comissão de Comunicação, aproveitando o momento eleitoral, o Cress lançou um documento com a proposta de contribuir para a reflexão da categoria sobre a importância do voto, no sentido de interferir na transformação da sociedade brasileira. Explicou ainda que o Conselho tem o compromisso de se manifestar em todo o processo eleitoral fazendo análise de conjuntura, sem indicar qualquer candidatura.

Rodrigo destacou a geração de emprego como principal desafio do próximo governo. Em sua opinião, há um desemprego estrutural resultado da reestruturação do capitalismo produtivo e das políticas neoliberais que vem sendo implantadas. Nesse sentido, o Estado deve

ser o principal sujeito do desenvolvimento econômico e social, não subordinado aos interesses e necessidades do mercado e dos grandes monopólios. Como exemplo disso, enfatizou a necessidade do fim do superávit primário e a rediscussão da dívida externa. Ele também acredita que o próximo governo precisa incentivar a integração latinoamericana, com respeito à soberania de cada país. Outra iniciativa fundamental, segundo o diretor, é fazer a reforma agrária, nos moldes que os movimentos sociais dos trabalhadores do campo sempre defenderam.

Radicalizar a democracia

Um governo comprometido com os trabalhadores, afirmou Rodrigo, deve radicalizar a democracia com a participação da população nas decisões de governo em todas as instâncias, utilizando



mecanismos como referendos, plebiscitos e consultas populares. Deve ainda investir no fortalecimento das esferas de controle social. O diretor do Cress lembrou que as transformações só acontecem através das lutas políticas organizadas através dos

movimentos sociais e dos partidos políticos comprometidos com uma proposta anticapitalista. Ele acredita que o documento marca a posição do Conselho na atual conjuntura e expõe sua contribuição para o debate político da sociedade.

Sobre as eleições 2006 - Manifestação da direção do CRESS-RJ*

Considerando que:

- desde 1990 temos convivido com a ofensiva neoliberal no Brasil, com todas as suas implicações: desestruturação do Estado, destruição dos equipamentos públicos, perda de direitos e respostas à questão social por meio de políticas focalistas e sem efetividade, privatizações, crescimento do desemprego, da precarização do trabalho, da concentração de renda e riqueza e ampliação da desigualdade social, entreguismo e submissão aos interesses do mercado financeiro internacional. Essa direção acompanhou as manifestações da questão social no Brasil, que ganhou contornos expressivos na violência endêmica, na miséria, na barbarização da vida social;
- nos últimos anos, apesar das expectativas da maioria da sociedade por uma mudança de rumos e ruptura com a lógica neoliberal, manteve-se a continuidade da direção política dos anos anteriores, em consonância com o que há de essencial nesses mecanismos a exemplo de: ampliação do superávit primário em detrimento dos investimentos e de um financiamento consistente das políticas sociais, altas taxas de juros; ausência de reformas democráticas e redistributivas; continuidade das contra-reformas da previdência, tributária, universitária, trabalhista e sindical, que reduzem direitos; manutenção de práticas políticas que não modificaram a cultura de apropriação privada da esfera pública, do clientelismo;
- essa opção continuísta e pragmática não impediu algumas inovações e conquistas, que se deram a

partir do acúmulo de anos de luta dos trabalhadores e dos movimentos sociais. Tais conquistas contaram com a contribuição de quadros técnicos e políticos do Estado, com compromissos republicanos. No entanto, a força da mudança é obscurecida pelas escolhas neoliberais;

- não tem ocorrido um aprofundamento da participação democrática e da socialização da política, numa perspectiva emancipatória. Pelo contrário, alimenta-se o descrédito na política e na organização coletiva como formas de alteração da correlação de forças;

- no Estado do Rio de Janeiro tais práticas vêm-se agravadas por um perfil de seguidos governos que combinam o desrespeito ao caráter laico do Estado com políticas assistencialistas (também focalizadas) e desrespeito aos direitos humanos;

- a exemplo dos poderes executivos, o parlamento, em nível federal e estadual, vem convivendo com seguidas denúncias de desvios de verbas e corrupção, em total desrespeito com o voto do eleitorado, com o dinheiro público e com suas reais funções de redação de legislações capazes de melhorar a vida da população brasileira e fluminense.

A diretoria do Conselho Regional de Serviço Social - 7ª Região (RJ) aposta em outras escolhas e no exercício da política como caminho de construção de um novo modelo societário baseado nos princípios ético-políticos profissionais, em que se destacam:

- uma nova política econômica, que efetive o aprofundamento da democracia, compreendida como socialização da riqueza socialmente produzida. Isso pressupõe o fim do superávit primário; uma reforma

- tributária que aponte para impostos progressivos sobre o lucro e que amplie efetivamente os recursos destinados para as políticas sociais; uma política de crescimento geradora de emprego e que potencialize as vocações nacionais e respeite o meio ambiente, de forma soberana em relação ao mercado financeiro internacional; uma política de educação que reforce o ensino público, laico, gratuito e de qualidade em todos os ciclos; uma política de comunicação e cultura que democratize o acesso, a produção e a veiculação da informação e do conhecimento; uma efetiva reforma agrária;

- políticas públicas que garantam o acesso universal aos diversos direitos humanos e sociais, e que se pautem pela participação e controle social pelos setores populares. Isso significa investir e articular um sistema de proteção social, ao invés de criminalizar a pobreza, bem como romper com políticas compensatórias e focalizadas;

- ações e políticas que viabilizem a eliminação de qualquer tipo de discriminação ou preconceito de classe social, religião, nacionalidade, gênero, raça/etnia, expressão e orientação sexual, geração e condição física e mental;

- o respeito e a valorização do espaço público como fundamental para a construção de políticas sociais que viabilizem a equidade e a justiça social. Isso significa promover um adequado comportamento público de pessoas que assumem cargos executivos e legislativos, sem qualquer transigência com a corrupção e com o desmando com as verbas públicas. Significa, ainda, gerar condições efetivas de controle social pela população em relação às políticas sociais e à atuação de governantes e parlamentares.

Conclamamos os assistentes sociais, estudantes, entidades aliadas e a população brasileira a refletirem acerca dessa direção estratégica, o que só será possível com uma ruptura firme e soberana com os parâmetros econômicos e políticos do neoliberalismo. Para nós, essa escolha é fundamental para a construção de um Brasil justo e democrático. O momento eleitoral é imprescindível na democracia para o debate e construção de um projeto de nação, e deve se pautar no debate político e ético, tendo em vista propiciar saltos de qualidade na participação cívica e nas condições efetivas de vida e trabalho de todos os brasileiros. É preciso transformar nosso voto em uma ação nesta direção, selecionando adequadamente os partidos e candidaturas que com ela se comprometem. É necessário compreender que as eleições não dispensam efetiva e constante participação e mobilização política em torno dos valores e princípios acima listados, tarefa que deve fazer parte do cotidiano de todos nós.

Diretoria do Conselho Regional de Serviço Social - 7ª Região (CRESS-RJ)

Agosto de 2006

* A presente manifestação é baseada em documento aprovado como minuta no Encontro Descentralizado dos CRESS's da Região Sudeste ocorrido no Rio de Janeiro em julho de 2006 ao Encontro Nacional CRESS/ CRESS 2006 para envio a candidatos à Presidência da República do Brasil.